

População em Situação de Rua no Rio de Janeiro: novos tempos, velhos métodos

Homeless Population in Rio de Janeiro:
new times, old methods

Población en Situación de Calle en Río de Janeiro:
nuevos tiempos, viejos métodos

Population de Rue à Rio de Janeiro :
des nouveaux temps, des vieilles méthodes

Sonia Ambrozino da Silva ★
sambrozino@hotmail.com

Resumo

Este artigo analisa fenômenos semelhantes em dois momentos da nossa história: a relação da violência sofrida por moradores de rua e de um lixão, próximo ao Rio Guandu, na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, na década de 1960, em momento de preparação para a visita da Rainha Elizabeth e o interesse imobiliário do local, e a onda de expulsão a que está sendo submetida a população em situação de rua, na Cidade do Rio de Janeiro, em preparação aos mega eventos, principalmente Copa do Mundo em 2014 e Olimpíadas em 2016. Analisa-se também como, em uma Cidade dita Maravilhosa, determinados grupos de pessoas são tratados com tanto desdém pelo poder público, e como essas vidas, as dos moradores de rua, não contam quando se trata de eventos que irão trazer muito dinheiro para o Estado.

Palavras-chave

Moradores de rua, Violência, Criminalização da pobreza, Biopoder e futebol.

★ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro e professora da Estácio de Sá, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Silva, Sonia Ambrozino da. (2013). População em Situação de Rua no Rio de Janeiro: novos tempos, velhos métodos. *Psicologia Política*, 13(27), 337-350.

Abstract

This article analyses similar phenomena in two moments of our history: The relation of violence suffered by homeless population and a garbage dump, near to the Guandu River, in the Baixada Fluminense, in Rio de Janeiro, in the sixties, when preparations were made for the visit of Queen Elisabeth and the real estate value of the place and the wave of banishment to which homeless population are submitted, in the city of Rio de Janeiro, in preparation of mega events, such as the World Cup in 2014 and the Olympic Games in 2016. The analysis is also made how in a city known as 'marvelous', certain groups of people are treated with disdain by public authority, and how these lives, situations as the ones of homeless population, have no value when the topic is to gain lots of money for the State.

Keywords

Homeless population, Violence, Criminalization of poverty, Soccer and biopower.

Resumen

Este artículo analiza fenómenos similares en dos momentos de nuestra historia: la relación de la violencia sufrida por personas en situación de calle y los habitantes de un vertedero de basura cerca de Río Guandu, en la región conocida como Baixada Fluminense en Río de Janeiro, en la década de 1960, en el momento de preparación para la visita de la Reina Elizabeth y el interés inmobiliario del local, y la ola de expulsión a que está siendo sometida la población en situación de calle, en la ciudad de Río de Janeiro, en preparación para los mega eventos, principalmente la Copa del Mundo en 2014 y los Juegos Olímpicos de 2016. También examinaremos cómo, en una Ciudad dita Maravillosa, determinados grupos de personas son tratados con tanto desprecio por el poder público, y cómo esas vidas, las de las personas en situación de calle, no cuentan cuando se trata de eventos que traerán mucho dinero para el Estado.

Palabras clave

Personas en situación de calle, Violencia, Criminalización de la pobreza, Biopoder y fútbol.

Résumé

Cet article analyse des phénomènes semblants en deux moments de notre histoire: La relation entre la violence souffert par des habitants de rue e sur une poubelle, près de la rivière Guandu, dans la Baixada Fluminense, à Rio de Janeiro, pendant la décade de 1960, au moment de la preparation de la visite de la Reine Elizabeth et l'intérêt immobilier du local, et l'onde d'expulsion des habitants de rue, dans la ville de Rio de Janeiro, en preparation des mega activités, principalement la Coupe du Monde de 2014 e les Jeux Olympiques de 2016. On analyse aussi comme dans une ville, appelée 'Maravilhosa', certains groupes de personnes sont traités avec négligence par le pouvoir publique, et comme ces vies, celui dos habitants de rue, n'ont pas d'importance quand le thème est une question de recevoir beaucoup d'argent em faveur de l'Etat.

Mots clés

Population de Rue, Violência, Criminalization de la pauvreté, le pouvoir Bio et le Football.

Introdução

Realizei um trabalho, como psicóloga, com população em situação de rua na cidade de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, Rio de Janeiro. Este trabalho foi desenvolvido em uma casa de apoio de inspiração religiosa que já existe na cidade há 12 anos e tem como objetivo oferecer um acolhimento diário para que as pessoas que estão em situação de rua possam fazer sua higiene pessoal, tirar segunda via de documentos, conversar com a psicóloga, descansar, tomar café da manhã e almoçar, lavar roupa, entre outras atividades.

Nesses anos de intervenção nessa casa, conheci e tive a oportunidade de atender um rapaz que sempre me oferecia filmes, para que eu os visse e depois pudéssemos “discutir sobre o assunto”, como ele dizia. Já me deu vários, mas o último me chamou muito a atenção devido à atualidade de seus temas e provocou as reflexões deste texto. Não se trata de analisar propriamente o filme, mas ele funcionou como um dispositivo que, inclusive, aumentou minha indignação ao verificar que essas práticas higienistas e violentas são utilizadas há muito tempo em nosso país.

Trata-se do filme “Topografia de um desnudo”¹, de Teresa Aguiar. Neste filme, a cineasta exibe imagens da vida de moradores de rua que vivem em um lixão próximo ao Rio Guandu, na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro. Isso ocorre entre os anos 1962, 1963. Na época, às vésperas do Golpe Civil Militar Brasileiro², já se tinha muita perseguição a todo aquele que se dispusesse contra as artimanhas e ideias do governo.

Sendo assim, todas as pessoas eram inimigas em potencial e até os moradores do lixão poderiam ser considerados subversivos.

“Topografia de um desnudo” tem como pano de fundo a “Operação Mata-Mendigos”, levada a cabo pelo hoje extinto Estado da Guanabara, sob a gestão de Carlos Lacerda.

¹ **Breve sinopse:** Rio de Janeiro, anos 60. A cidade se prepara para receber a visita da Rainha Elizabeth. Num clima de tensão social e política que antecede o golpe militar, uma jornalista investiga a morte de moradores de rua e se envolve num perigoso jogo de interesses. Baseado em fatos reais desvenda um lado pouco conhecido da História: a “Operação mata-mendigos”, que ocorreu no Rio de Janeiro entre 62 e 63 e um dos motivos era a necessidade de “limpar” a cidade para a visita da Rainha. Os mendigos eram torturados e jogados no rio Guandu. Foram indiciados policiais e funcionários do Governo da Guanabara. Com o Golpe de 64, os inquéritos foram arquivados e o episódio apagado da história do Brasil. O chileno Jorge Diaz criou a obra teatral baseado em notícias sobre o fato que foram publicadas na imprensa internacional. Em 1972, Teresa Aguiar trouxe o texto para o Brasil, onde ficou proibido pela censura até 1985 e desde então, trabalha para a produção do longa metragem. O ano de lançamento do filme foi 2009 e a estreia no Brasil foi realizada em 20/11/2009.

² O Golpe Militar de 1964, no Brasil, designa o conjunto dos eventos de 31 de março de 1964, ocorridos no Brasil, e que culminaram em um golpe de estado (atualmente, alguns historiadores afirmam ter sido um golpe civil-militar) que interrompeu o governo do presidente João Belchior Marques Goulart, também conhecido como Jango, que havia sido democraticamente eleito vice-presidente, pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) – nas mesmas eleições que conduziram Jânio da Silva Quadros à presidência pela UDN (União Democrática Nacional) – Jânio renunciou o mandato no mesmo ano de sua posse (1961), João Goulart, que deveria assumir a presidência, segundo a Constituição vigente à época, promulgada em 1946, estava em viagem diplomática na República Popular da China. Militantes de direita acusaram Jango, como era conhecido, de ser comunista e o impediram de assumir à presidência no regime presidencialista. É feito um acordo político e o Parlamento brasileiro cria o regime parlamentarista, sendo João Goulart chefe de Estado. Em 1963 em plebiscito o povo brasileiro votou pela volta do regime presidencialista, e João Goulart finalmente assume a presidência da república com amplos poderes. O Golpe de 1964 submeteu o Brasil a uma ditadura militar que durou até 1985, quando, indiretamente, foi eleito o primeiro presidente civil desde o golpe de 1964, Tancredo Neves.

Segundo o filme, o objetivo do governo era promover uma assepsia com vistas a arrumar a casa para a visita da Rainha da Inglaterra à cidade do Rio de Janeiro. Queriam limpar a Cidade Maravilhosa. E quando se fala em limpar a cidade, podemos nos perguntar: limpar a cidade de quê? Limpar a cidade de quem – a cidade que pertence a quem? E quem deve ser exterminado?

Neste clima de alta tensão, o filme nos mostra o interesse no local do lixão, por parte de uma construtora que, contando com a ajuda do Departamento de Repressão à Mendicância – DERMEN, do Governo Estadual, queria de todas as formas expulsar os moradores daquele local.

Com este objetivo, começaram a assassinar os chamados mendigos, torturando-os e jogando-os, às vezes vivos, outras vezes mortos, no Rio Guandu. Os jornais começaram a noticiar esses crimes e intitulavam as matérias mostrando que essas práticas faziam parte de uma “Operação Mata-Mendigos” do governo da época. Houve repercussão nacional e internacional sobre o assunto, mas os crimes não pararam. O filme mostra as manchetes dos jornais onde eram noticiados os tais crimes.

Hoje, estamos aguardando vários eventos que acontecerão no Rio de Janeiro – Jornada Mundial da Juventude, que já aconteceu com a presença do Papa Francisco, em 2013, Copa do Mundo em 2014 e Olimpíadas em 2016.

Mesmo o Rio de Janeiro sendo a Cidade Maravilhosa, tem em torno de mil favelas e muitos moradores de rua. Nesses movimentos que temos acompanhado em torno da temática dos eventos, em relação às favelas, que ficam em áreas específicas que interessam ao Governo do Estado, estão sendo implantadas as UPPs – Unidades de Polícia Pacificadora, e em relação aos moradores de rua, estão tentando tirá-los da cidade enviando-os para abrigos lotados da Prefeitura, fazendo uso de métodos violentos, através da Guarda Municipal e da Polícia Militar. É o tão temido Choque de Ordem.

Parece que é por estes fatos que, trabalhando com os moradores de rua, uma nova demanda me foi apresentada por eles: a de pesquisar em um site do governo do Estado chamado Poupa Tempo seus antecedentes criminais. Três pessoas já me solicitaram que pesquisasse para elas, pois este serviço gratuito fornece esse atestado, mediante o número da Carteira de Identidade e alguns dados pessoais. Eles alegam que andarão com o documento na bolsa, pois se a polícia ou o Choque de Ordem os abordarem, poderão mostrar e tentar se safar.

Eles mesmos sabem, por experiência própria, o que é ser escorraçado pelos órgãos públicos, na figura principalmente do Choque de Ordem. Eles vivem fugindo, de um lado para outro, para onde possam ficar em paz. Circulam entre a Zona Sul, a Central, vão parar na Baixada Fluminense, em Nova Iguaçu.

Participando desse momento histórico no Brasil, cabe perguntar que relações há entre o que aconteceu no Rio de Janeiro nos anos 1960, no Governo Carlos Lacerda, quando houve a Operação Mata-Mendigos, e a limpeza – nome que o discurso crítico emprega – que estão querendo fazer agora na cidade em preparação aos mega eventos. Será que há semelhanças? Por que será que essas vidas, as dos moradores de rua, somente são enxergadas nestes momentos? Suas vidas estão sendo olhadas, ou apenas seus corpos removidos? Morador de rua é caso para ser resolvido pela polícia ou por implantação de políticas públicas de direito e proteção? E o esporte, mais especificamente o futebol, é um evento de inclusão ou de exclusão da população pobre?

É sobre isso, então, que desejo pensar.

Criminalização da Pobreza: quanto vale essas vidas? o que significa a rua?

Hoje vivemos em tempos de biopoder. Há um controle sobre a vida, decide-se e se escolhe quem vai viver e quem vai morrer. Porém, nem todas as vidas têm o mesmo valor.

Foucault nos alerta sobre isso dizendo que na época dos soberanos, estes tinham o direito de vida e de morte sobre as pessoas e questiona:

[...] O que é ter direito de vida e de morte? Em certo sentido, dizer que o soberano tem direito de vida e de morte significa, no fundo, que ele pode fazer morrer e deixar viver; em todo caso, que a vida e a morte não são desses fenômenos naturais, imediatos, de certo modo originais ou radicais, que se localizariam fora do campo do poder político. (Foucault, 2002:286)

Esse poder sobre a vida sofre transformações e, nos dias de hoje, ele se instala de uma outra forma. Ainda, segundo Foucault (2002:287), uma das mais maciças transformações do direito político do século XIX consistiu não exatamente em substituir, mas em completar o velho direito de soberania – fazer morrer ou deixar viver. Essa mudança se dá com outro direito novo, que não vai apagar o primeiro, mas vai penetrá-lo, perpassá-lo, modificá-lo, e que vai ser um direito, ou melhor, um poder exatamente inverso: poder de fazer viver e de deixar morrer.

Esse novo poder é bastante complexo, e juntamente com este autor, podemos nos perguntar:

[...] Como um poder como este pode matar, se é verdade que se trata essencialmente de aumentar a vida, de prolongar sua duração, de multiplicar suas possibilidades, de desviar seus acidentes, ou então de compensar suas deficiências? Como, nessas condições, é possível, para um poder político, matar, reclamar a morte, pedir a morte, mandar matar, dar a ordem de matar, expor à morte não só seus inimigos, mas mesmo seus próprios cidadãos? Como esse poder que tem essencialmente o objetivo de fazer viver pode deixar morrer? (Foucault, 2002:304)

Nos tempos de hoje, que forças estariam determinando a vida e a morte das pessoas?

Uma sociedade capitalística gira em torno do dinheiro e do lucro. Aqueles que circulam nas bordas do capital, as camadas populares, não possuem recursos para os ingressos e suas vidas tiram o brilho dos eventos ao viver em torno dos estádios luxuosamente preparados. Podem, no máximo, se contentar com o momento seguinte, quando esses estabelecimentos apodrecerão transformados em espaços populares sem investimentos de manutenção e melhorias.

E mais ainda, não basta ter lucro, expresso pelas grandes quantias de capital, o biopoder quer controlar tudo, como nos diz Guatarri (1981:201): “O exercício do poder por meio das semióticas do capital tem como particularidade proceder concorrentemente, a partir de um controle de cúpula dos segmentos sociais, e pela sujeição de todos os instantes de cada indivíduo.”

Outro problema social, agravado neste momento, é a política de remoções, tão contestada pelos movimentos populares há tantos anos neste país, que está sendo praticada a revelia dos moradores de áreas de interesse e que estão próximas aos locais onde acontecerão os jogos, sem o consentimento dos que habitam a cidade de forma desordenada, dos que circulam em espaços públicos como se fossem privados.

No filme aparecem cenas onde o simples fato de estar catando lixo em uma das praças da cidade já é motivo de expulsão por guardas municipais. Isso na década de 1960, e nos dias de hoje o mesmo está acontecendo, como mostram os textos de reportagens³.

Na oglobo.globo.com em 06/02/2009 às 22h31m, foi publicada a seguinte notícia: “Choque de Ordem recolhe moradores de rua no Centro do Rio”.



Figura 1 – Equipe da Prefeitura recolhendo um morador de rua

RIO – A Secretaria Especial de Ordem Pública (SEOP) realizou, na madrugada desta sexta-feira, uma operação de choque de ordem no Centro do Rio. O principal objetivo da ação era recolher moradores de rua. Esta foi a primeira operação na região central da cidade, área do Rio que concentra o maior número de moradores de rua. De acordo com os levantamentos mais recentes feitos pela prefeitura, de janeiro pra cá, 520 pessoas vivem em praças, calçadas, debaixo de marquises no Centro. Ao mesmo tempo em que foram convidados a ir para um abrigo público, os moradores também responderam a um questionário do serviço social. Mas a recepção aos técnicos nem sempre era tranquila. Uma mulher que teria várias passagens por delegacias resistiu à ação dos guardas. Muitos se recusaram a deixar a rua. Outros abandonaram os postos antes da aproximação dos fiscais.

Neste pequeno relato, podemos perceber que de tantas pessoas que ficam nas ruas, a própria reportagem destacou de imediato a história de uma moça que tinha passagens por delegacias. Isso muito provavelmente para levar o leitor a fazer uma imagem do morador de rua como criminoso, perigoso, que deve ser afastado do resto da população. Também se passa

³ Jornal online oglobo.globo.com de 06/02/2009.

uma imagem de que quem vai para as ruas é porque está fugindo de algo, de algum delito que cometeu. Para além desses casos, que de fato existem, o que deve estar em análise é a produção de certos tipos de rua que constroem um imaginário de terror, medo e desqualificação desses sujeitos.

No oglobo.globo.com, em 23/02/2010, também foi publicada outra matéria sobre a mesma temática intitulada “Choque de ordem retira população de rua no Aterro do Flamengo”, a saber:

RIO – Equipes da Secretaria Especial de Ordem Pública fazem neste momento uma operação de choque de ordem no Aterro do Flamengo para retirar moradores de rua do local. Segundo o coordenador da ação, Marcelo Maywald, esse trabalho de recolhimento será feito diariamente. Ele explicou ainda que a ideia é vencer essa população de rua pelo cansaço. Todos os adultos serão encaminhados para as delegacias da região e os menores para Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente para verificação de antecedentes criminais e mandados de prisão.

Essas pessoas estão nas ruas por vários motivos e muitas vezes por longo tempo, mas por que será que somente agora elas estão sendo foco de atenção? Se o número é tão grande, não foi de um dia para o outro que elas se estabeleceram lá. O que não se fez durante tanto tempo? Com que justificativas?

Outro aspecto que desperta a atenção é o fato de todos eles serem encaminhados a delegacias. Por que não foram encaminhados a algum órgão de assistência social da Prefeitura? Como uma pessoa que está na rua não fará resistência a esse tipo de intervenção, se sabe que possivelmente ficará detida? Talvez a justificativa para a intervenção da polícia seja exatamente a previsão da reação dos moradores de rua.

Nenhum cidadão comum que está sentado numa praça, por exemplo, é levado para uma delegacia. Isso nos leva a perguntar que critérios de avaliação a Prefeitura está utilizando para levar as pessoas dessa forma?

Estar na rua, de antemão, não é crime, não é mais enquadrado como “vagabundagem”, como nos anos 1930. O direito de ir e vir é garantido pela lei, mas para a população de rua nem sempre a lei se faz valer, como se vivessem em um estado de exceção⁴, onde tudo pode ser suspenso. Os benefícios anunciados com os jogos no Brasil esvaziam de sentido qualquer manifestação que se contraponha, pondo em dúvida a capacidade de discernimento e o alcance da expressão de uma parcela da população. E a maior parte dessa população, para não dizer a totalidade, tem acesso a tudo isso apenas como sonho, ou pela televisão.

No Jornal online “A Nova Democracia – número 71” há um depoimento de uma moradora de rua sobre o “Choque de Ordem” que retrata os modos utilizados pelo governo ao se dirigir a quem vive nas ruas:

“O choque de ordem chega com aqueles homens de luva de borracha. Eles já vêm para dar porrada. São uns trogloditas e tratam a gente como animais. Na frente da reportagem eles são uns santos. Quem assiste na TV, nos jornais e vê aqueles homens conversando com o pessoal, como se estivessem tentando nos convencer a ir para o abrigo, até pensa que é daquele jeito que acontece. Para a prefeitura, nós somos lixo e os abrigos são os lixões.”

⁴ Termo utilizado por Giorgio Agamben.

A rua é um lugar sinistro de se morar. Já vi gente morrendo espancada, queimada. Eu mesma já tomei facada de outro morador de rua, já apanhei muito, inclusive dos homens da prefeitura. Eles batem na gente para nos obrigar a entrar no ônibus da prefeitura. Se a gente mesmo assim não quiser entrar, eles batem dentro do ônibus no caminho para o abrigo também. Tomam as crianças das mães, não levam para um abrigo onde a mãe possa ficar junto com o filho, não oferecem nada para nós. Eles perguntam por que nós não ficamos morando nos abrigos. Como? Com as condições do abrigo, onde a gente está sujeito a pegar tudo quanto é tipo de doença? Qualquer um prefere morar na rua.”
(Relato da moradora de rua Andreia Pereira dos Santos, de 28 anos)⁵.

Andreia parece bastante lúcida quando relata os maus tratos que sofre pelas investidas do pessoal da Prefeitura, embora relatos como esses não circulem na grande mídia. Somente os jornais de esquerda têm esse interesse, pois os veiculados pela grande mídia aparecem mostrando o máximo possível a preocupação com as pessoas que estão nas ruas, o que é uma falácia. Um morador de rua pode se indignar com o fato de não ter sido enxergado durante todos os anos em que esteve na rua. Como os agentes da Prefeitura aparecem como polícia, é esperado que gerem medo e desconfiança.

Parece que é disso que se trata. Mata-se em defesa da vida. Porém quem mata – agora ou há cinquenta anos? O Estado mata, aquele que em tese deveria estar ali para acolher e ajudar, propor uma saída. Também podemos nos perguntar que vida é ceifada e a resposta também é rápida, pois são os mais pobres os desrespeitados em seus direitos mais elementares.

Mata-se de várias formas, batendo, insultando, obrigando a entrar no ônibus da Prefeitura, separando os filhos da mãe, como relatou Andreia em depoimento acima e de muitas outras formas. Toda forma de violência pode matar, seja eliminando a vida de uma pessoa, seja matando-a aos poucos, como relatado.

É aceitável eliminar a vida de alguém para defender a vida de outros. Há um racismo de Estado, onde este “representa a condição com base na qual se pode exercitar o direito de matar.” (Lazzarato, 2002:173). Para isso utiliza-se a rejeição e a expulsão, como está acontecendo na cidade do Rio de Janeiro, com o Choque de Ordem do Governo Municipal, que está recolhendo a população em situação de rua utilizando meios violentos.

Foucault (2002:305) novamente nos auxilia nessa reflexão quando diz: “a morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria minha segurança pessoal; a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura.”

Essas pessoas são tratadas como se fossem supérfluas, pois o lugar que lhes cabe na sociedade é marcado pelo desdém, exatamente porque não carregam competências concebidas como úteis. Em nome da proteção das condições de vida de uns, autoriza-se a morte de outros tantos. O biopoder⁶ expõe a vida de populações e grupos inteiros.

A rua é um lugar de trânsito, mas os moradores de rua, como o próprio nome já diz, fazem dela um lugar de parada e mais do que isso, um lugar de moradia. Os órgãos públicos insistem em tratar da questão a partir do momento da instalação das pessoas nas vias públicas, pouco

⁵ Este texto foi produzido a partir de entrevista ao jornal citado acima.

⁶ Biopoder é um termo criado originalmente por Michel Foucault (2002) para referir-se à prática dos estados modernos e sua regulação dos que a eles estão sujeitos por meio da criação de técnicas numerosas e diversas para obter a subjugação dos corpos e o controle das populações.

se colocam como parte do processo que reforça a existência de gente morando na rua. Praticamente não entra em pauta a falta de condições de vida dessa população, não se tenta ir a fundo para constatar que são inúmeros os motivos que levam alguém a pensar a rua como possibilidade de casa, como rompimento de laços afetivos, desemprego de longa duração, dependência química e muitos outros fatores.

Assim, constantemente, quem mora nas ruas, é tratado com descaso, tanto pelo poder público, quanto pela população em geral. Segundo Pelbart (2003:21), “[...] O que se vê então é uma expropriação das redes de vida da maioria da população pelo capital, por meio de mecanismos cuja inventividade e perversão parecem ilimitadas.”

Essa Prefeitura que inventa modos violentos de interpelar a população em situação de rua da cidade, não faz uso dessa mesma criatividade para encontrar outros caminhos que levem à saída dessas pessoas das ruas. A longa vida nas ruas dificulta a adaptação a espaços como abrigos, que aglutinam muita gente que não escolheu estar junto, sequer estar ali. Modos não necessariamente comunitários de estar na vida, funcionamentos muito distintos daqueles pelos quais optaram. Além disso, como também relata Andreia, as condições de vida nesses lugares não favorecem a permanência. No entanto, como a suposta oferta de abrigo entra na lista de ações das políticas públicas, a evasão do mesmo é entendida como impossibilidades dessa população, desperdício de oportunidade. Assim, cria-se mais um elemento que confirma as imagens negativas dos moradores de rua relacionadas à violência e ao não cumprimento dos deveres sociais.

Nesse contexto, um dos movimentos do Estado visa a eliminação daquilo que atrapalha – a população que enfeia as ruas. “A modernidade exige cidades limpas, assépticas, onde a miséria – já que não pode mais ser escondida e/ou administrada – deve ser eliminada. Eliminação não pela sua superação, mas pelo extermínio daqueles que a expõem incomodando os ‘olhos, ouvidos e narizes’ das classes mais abastadas.” (Coimbra, 2001:58). Como se as condições subumanas de existência, onde se sobrevive como se pode, não fossem produzidas e reproduzidas nesse ínterim.

Embora haja uma percepção de que grupos inteiros de pessoas sobrevivem em condições bastante precárias, há um discurso muito insistente sobre viver com qualidade, fazer prevenção, tratar da saúde. Nunca se falou tanto em qualidade de vida, mas não é de qualquer vida.

Hoje se vende saúde. São clínicas de estética, planos de saúde, academias, entre tantas outras promessas. São rios de dinheiro que se gasta e que se lucra com a tão sonhada qualidade de vida, que vai prevenir as doenças e aumentar a longevidade.

Enquanto alguns compram modos de viver melhor, muitos outros já nascem marcados pela pobreza extrema, com limite de vida, moram em lugares insalubres, se alimentam mal, estudam em péssimos colégios, têm que trabalhar muito cedo recebendo baixos salários, convivem com a violência desde o nascimento, com a invasão de suas casas pela polícia, pelo tráfico de drogas, pela falta de privacidade. Ou seja, não experimentam nenhuma proteção ou garantia de direitos do tão sonhado Estado Democrático de Direito.

Apesar dessas condições de sobrevivência, espera-se que essas pessoas sejam ordeiras, trabalhadoras e vivam conformadas com o pouco que têm. Para que a cidade se mantenha linda e organizada, que as paisagens naturais deslumbrantes não sejam manchadas, é preciso que a circulação nas vias públicas obedeça determinados critérios. A eliminação da

transgressão desse quadro é legitimada e no máximo são concedidos pedaços feios da cidade para os que insistem em viver.

Os que circulam pelas ruas, apesar das proibições explícitas ou não, lícitas ou não, são encaixados em categorias que variam de marginal a maluco. Quando vistos como doentes, merecem a caridade alheia. No entanto, se sua saúde mental for preservada, é um marginal em potencial e deve ser controlado e visto com muita cautela, quando não afastado ou acolhido de forma compulsória.

Essas pessoas que perambulam pela cidade passam a ser tratadas como caso de segurança pública, caso de polícia, como mencionamos. Rauter (2006:94), também nos diz: “[...] reeditam, em tempos atuais, o extermínio daqueles que hoje não têm lugar no capitalismo mundial integrado”.

Que mundo é esse? Que país é esse que deixa morrer seus filhos à míngua, com toda sorte de sofrimentos existenciais? Que marginal é esse que se produz em relação a uma pessoa que não dispõe de nenhum bem?

Trata-se da internalização da criminalização da pobreza, que também acontece com os moradores de rua. “As intervenções militares em áreas ditas ‘dominadas pelo tráfico’ ganham força de cruzada de limpeza da cidade contra aqueles que supostamente ameaçam a segurança da vida da população. Os pobres, os moradores de favelas, os moradores de rua etc. compõe a suposta ‘classe perigosa’ que ameaça o bem estar de toda a sociedade⁷”.

Segundo a Folha Universal de 11/09/2011, p. 3, pessoas que moravam nas ruas, em cidades diferentes do país, foram recentemente assassinadas barbaramente, com tiros, pancadas com barra de ferro na cabeça etc. Anderson Lopes Miranda, presidente do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), diz que “ainda que os crimes não tenham conexão, as mortes devem ser vistas como ‘extermínio’. Não se trata de algo isolado, são vários assassinatos contra a população de rua, em todo país”.

Miranda (2011) afirma que muitos casos não são registrados, nem noticiados, sequer são informados. Ele diz que “infelizmente é uma população invisível para a Justiça, para as políticas de segurança e para os gestores das cidades.” Sendo assim, a falta de atenção do poder público e a impunidade aumentam ainda mais a vulnerabilidade de quem está na rua, afirma ele.

[...] Constantemente despojados de seus poucos pertences, instados a circular pelas ruas sem poder fixar-se, sobrevivem a cada dia de teimosos que são, insistindo em continuar vivos e a expor suas misérias no espaço público. Os que vivem nas ruas mostram ‘em carne viva’ as consequências objetivas e cotidianas dos modelos de desenvolvimento concentradores e injustos adotados nas últimas décadas que reduziram, drasticamente e dramaticamente, o campo de possibilidades nas quais podem se movimentar e usufruir das riquezas produzidas e dos conhecimentos alcançados. (Escorel, 2003:139)

Observamos que apesar de vivermos em um país onde se diz que todo cidadão tem os mesmos direitos e deveres, a desigualdade social que marca radicalmente diferenças e até distinções na qualidade de vida é bastante marcante. Nesse sentido, convém destacar que os eventos esportivos mostram outra curiosidade bastante importante: boa parte dos jogadores de futebol é oriunda das camadas sociais populares, mas alcançaram outro patamar na sociedade.

⁷ Jornal do CRP/RJ – Ano 07, nº 32, abril/maio/junho de 2011, p. 19.

Em certo sentido, o futebol é um fenômeno que não distingue nem discrimina as classes sociais, o que pode ser percebido nas idas ao Maracanã ou cenários de botecos espalhados pela cidade em dias de jogo. No entanto, o investimento aplicado na Copa do Mundo de 2014 e nas Olimpíadas de 2016 são somas altíssimas de dinheiro, que não vão proporcionar melhoria de vida de toda a população. E neste novamente a cisão emerge.

Outro aspecto é a questão do Brasil ser um país que valoriza tanto o futebol. Facilmente vemos meninos, quando perguntados sobre uma profissão, dizerem querer ser jogador de futebol, é o sonho dourado de ficar rico, de ser reconhecido e ovacionado por muitos. Mesmo que essa fala seja comum nas diferentes camadas sociais, a pouca escolaridade que demanda e a diferenciação social que produz fazem com que cedo os meninos das camadas mais abastadas desistam ou sejam desencorajados no caminho.

No entanto, o futebol é um dos poucos esportes no qual os pobres podem se inserir, pois faz parte de nossa cultura “jogar uma pelada” no fim de semana, ou mesmo no meio da rua, todos os dias.

Aos outros tipos de esportes a maioria das crianças brasileiras não tem acesso, tais como: natação, vôlei, basquete, que ficam restritos a classes de maior poder aquisitivo, seja para prática de atividade física, seja para profissionalização.

Ainda compondo este cenário, várias ONGs têm escolinhas de futebol, e muitas delas foram criadas por jogadores profissionais. Nos últimos anos, apostou-se que inserir crianças de camadas populares em um esporte é um caminho para salvá-las da criminalidade. Ao frequentar esses espaços ficam ocupadas, orientadas por um adulto, visto que o Estado não proporciona espaços educativos e de lazer que possam ser frequentados pelas crianças enquanto seus pais trabalham.

No Jornal do CRP/RJ – Ano 07, nº 30, setembro/outubro de 2010, pp. 8 e 9, há uma matéria com o seguinte título: O esporte “salva”? Nela há várias questões levantadas, como por exemplo, a fama que o Brasil tem de ser o “país do futebol” e uma “máquina de produzir craques”. Estes discursos são vistos em qualquer lugar, e o esporte, mais especificamente o futebol, é visto como salvador dos jovens moradores de comunidade. Porém a matéria questiona: que discursos se constroem por trás dessa premissa?

O texto continua dizendo que “aliado ao discurso redentor do esporte, criou-se um mito de que, sendo pobre e morador de comunidade, o único meio de ascender socialmente seria através do futebol. Porém, de acordo com os dados da CBF (Confederação Brasileira de Futebol), cerca de 90% dos jogadores que atuam no mercado profissional ganham entre um e três salários mínimos”. O futebol, assim, aquece o mercado, mas não sempre com os altos valores que se imagina para todos.

Mesmo assim, ainda segundo a matéria, “a educação formal não é vista como meio de ascender socialmente; o futebol é a única saída” – sobretudo porque a educação formal de qualidade não chega a essa parte da população. Essa desvalorização da vida em detrimento do capital faz parte dessa máquina capitalística, alimenta as relações estabelecidas a partir e sem questionar essa marcação de classe social.

Fala-se cada vez mais sobre a oportunidade que a vinda desses eventos esportivos poderia proporcionar ao país, de que forma poderiam ser gerados benefícios para as cidades e a população. No entanto, convém observar a ressalva que faz a matéria referida acima: “a exemplo de outros países que já sediaram grandes eventos esportivos, a ONG Justiça Global acredita que a realização da Copa do Mundo e das Olimpíadas não trará benefícios à

população como um todo, principalmente no que diz respeito à desigualdade social e aos serviços públicos como transporte, saúde, educação e saneamento” (p. 9).

Ainda que este quadro possa ser revisto, pois para isso é preciso apenas vontade política, no Rio de Janeiro, por exemplo, estão justificando as remoções por conta dos grandes eventos esportivos. Em relação a isso a matéria diz o seguinte:

[...] É possível perceber que, ao mesmo tempo em que se coloca o esporte como ‘salvador dos excluídos’, ele é usado como justificativa para produzir exclusão. O discurso socialmente difundido e ratificado pela mídia de que o ‘Brasil é o país do futebol’ reforça a ideia de que tudo pode e deve ser feito em nome da preservação dessa imagem.

Assim, o esporte é utilizado como forma de exclusão quando ele é colocado como uma “salvação” para jovens pobres de comunidades carentes e quando se utiliza o mesmo para legitimar, como está acontecendo no Rio de Janeiro e em outros lugares do país, os desmandos do poder público.

As reformas da cidade têm gerado grandes expectativas e curiosidade, apesar de o esperado ser que apenas parte da população possa usufruir das melhorias e aproveitar pontualmente o que está sendo reformado e construído, pois nem mesmo dinheiro para comprar o ingresso para assistir aos jogos, a maioria da população tem.

Nesse sentido, uma pessoa que mora no alto da Comunidade da Mangueira, vizinha ao Estádio do Maracanã, onde foram realizadas obras de reforma para os jogos, dificilmente poderá entrar lá para assistir aos jogos, se divertir, vibrar. Apesar de ser vizinha do local, a sua condição de pobreza a separa daquilo que é uma das grandes paixões nacionais, o futebol. Essa lacuna e esse distanciamento que estão sendo produzidos são alarmantes.

Infelizmente essa falta de acesso da maioria da população brasileira, não se dá somente no campo do entretenimento e lazer, ela está presente na educação, saúde, transporte, habitação, onde direitos básicos são negligenciados pelo Estado.

Se um dos grandes problemas sociais em que vivemos é o fato da maioria do povo brasileiro estar excluído dos bens e serviços a que uma pequena camada da sociedade tem direito a usufruir, esse mecanismo se repetirá com o futebol. E o valor a ele atribuído não consegue diminuir a separação que há entre ricos e pobres.

Para terminar, voltamos ao morador de rua, que é mais excluído ainda, pois de pobre passa a miserável quando vai viver nas ruas. Nele, a marginalidade é vista como algo latente. Tosta nos instiga com suas palavras, quando diz que:

A vinculação entre exclusão social e violência se faz por meio da identificação de pobreza com marginalidade. O excluído é percebido como socialmente ameaçador. É aqui que a exclusão se reforça, com a criação de representações sociais nas quais ora é objeto de pena e indiferença, ora de medo e eliminação. Assim, em um caso extremo no processo de exclusão social, sua eliminação passa a ser vista se não com aprovação, ao menos com indiferença. (Tosta, 2003:204)

É clara esta citação de Tosta, e propositalmente terminamos o texto com ela, para mostrar que como diz sempre o próprio morador de rua que me deu o filme, a vida é assim: “nua e crua”.

Sendo assim, a temática da limpeza da cidade, em relação aos moradores de rua, está totalmente em consonância com a psicologia política, pois em tempos de racismo de estado,

como estamos vivendo, levantar análises e debates sobre comportamentos políticos em nossa sociedade, requer dos psicólogos uma postura ética que veja o exercício da psicologia não somente restrito aos consultórios particulares, mas a uma prática de constante reflexão entre a produção de comportamentos altamente influenciados pelo modo de vida que nos são oferecidos e demarcados.

Considerações Finais

Diante deste cenário, podemos responder às nossas questões iniciais, afirmando que há muita semelhança entre os velhos métodos do Governo de Carlos Lacerda na década de 1960 e o que está acontecendo na Cidade do Rio de Janeiro nos dias de hoje. Lá e aqui a vida dos moradores de rua, desprezada, invisível, quando não atormenta, pode ser eliminada sem culpas ou dores.

São vozes sem eco, pedidos indiferentes aos transeuntes, dificilmente alguém pára para ouvir uma pessoa que mora nas ruas. A elas somente sobra o desprezo, a expulsão, a exclusão, e o extermínio.

Vistas somente na época de grandes eventos, quando seu encontro exige providências e remoções, podemos afirmar que as pessoas que vivem nas ruas são encaradas como lixo humano e, sendo assim, devem ser recolhidas e jogadas fora.

Nestes momentos, as desigualdades sociais aparecem de modo gritante e mostram a falta de interesse dos governos em adotar programas eficazes de erradicação da miséria em nosso país, como analisamos ao longo do texto. Não há uma preocupação em resolver os problemas sociais, mas sim em camuflá-los, de modo que os que venham assistir os grandes eventos não percebam o caos social a que somos submetidos diariamente.

Sendo assim, ricos e pobres podem até gostar das “mesmas coisas”, como é o caso do futebol brasileiro. Porém, no momento do acesso aos mega eventos, a classe social estará bem determinada e estampada para todos que quiserem ver, pois por mais que se tente esconder a pobreza e a miséria deste país, isso se torna impossível, uma vez que este seguimento da sociedade é a maioria da população brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agamben, Giorgio. (2004b). *Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Coimbra, Cecília Maria Bouças. (2001). *Operação Rio: o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor; Niterói: Intertexto.
- Escorel, Sara. (2003). Vivendo de Teimosos – moradores de rua da cidade do Rio de Janeiro. Em Marcel Bursztyn (Org.), *No meio da rua – nômades, excluídos e viradores* (pp. 139-171). Rio de Janeiro: Garamond.
- Folha Universal de 11/09/2011.
- Foucault, Michel. (2002). *Em Defesa da Sociedade – Aula de 17 de março de 1976*. São Paulo: Martins Fontes.
- Guattari, Félix. (1981). *Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Brasiliense.
- Jornal online oglobo.globo.com de 06/02/2009 e 23/02/2010.
- Jornal online “A nova democracia” – número 71. Acessado em 28 de agosto de 2012, de: <www.anovademocracia.com.br>.
- Jornal do CRP/RJ (2010, setembro/outubro) Ano 07, nº 30. Acessado em 28 de agosto de 2012, de: <<http://www.crprj.org.br/publicacoes/jornal/jornal30-entrevistas.html>>.
- Jornal do CRP/RJ (2011, abril/maio/junho) Ano 07, nº 32. Acessado em 28 de agosto de 2012, de: <<http://www.crprj.org.br/publicacoes/jornal/jornal32-saudeparatodos.pdf>>.
- Lazzarato, Maurizio. (2002). Para uma definição do conceito de “Bio-Política”. *Rizoma. Net*. Acessado em 28 de agosto de 2012, de: <<http://pt.calameo.com/read/000015487c2eac3aad092>>.
- Rauter, Cristina. (2006). O Clamor pela Solução Penal de Questões Sociais. *Veredas do Direito, Belo Horizonte*, 3, 85-94.
- Tosta, Tania. L. D. (2003). Memória das ruas, memórias da exclusão. Em Marcel Bursztyn (Org.), *No meio da rua – nômades, excluídos e viradores* (pp. 201-229). Rio de Janeiro: Garamond.

- Recebido em 15/09/2012.
- Revisado em 29/11/2012.
- Revisado em 07/02/2013.
- Aceito em 04/04/2013.